



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
COORDENAÇÃO DE SERVIÇO SOCIAL**

MILENA DO NASCIMENTO MARQUES

**UMA ANÁLISE DO ENCONTRO FAMILIAR NO DESENVOLVER/CENTRO E
SEUS REFLEXOS NA VIDA DOS USUÁRIOS**

**CAMPINA GRANDE
2014**

MILENA DO NASCIMENTO MARQUES

UMA ANÁLISE DO ENCONTRO FAMILIAR NO DESENVOLVER/CENTRO E SEUS REFLEXOS NA VIDA DOS USUÁRIOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof. Ms. Cleônia Maria Mendes de Sousa

**CAMPINA GRANDE
2014**

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UEPB

M357a Marques, Milena do Nascimento.
Uma análise do encontro familiar no Desenvolver/Centro e seus reflexos na vida dos usuários [manuscrito] / Milena do Nascimento Marques. – 2014.
28 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2014.

“Orientação: Profa. Ma. Cleônia Maria Mendes de Sousa, Departamento de Serviço Social”.

1. Educação Inclusiva. 2. Família. 3. Desenvolver/Centro. 4. Serviço Social. I. Título.

21. ed. CDD 371.9

MILENA DO NASCIMENTO MARQUES

UMA ANÁLISE DO ENCONTRO FAMILIAR NO DESENVOLVER/CENTRO E SEUS REFLEXOS NA VIDA DOS USUÁRIOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Aprovada em: 21 / 03 / 2014

BANCA EXAMINADORA

Cleônia Maria Mendes de Sousa

Prof^ª Ms. Cleônia Maria Mendes de Sousa - DSS/CCSA/UEPB
Orientadora

Maria Noalda Ramalho

Prof^ª. Dr^ª. Maria Noalda Ramalho – DSS/CCSA /UEPB
Examinadora

Susana Tavares de Oliveira

Assist. Soc. Susana Tavares de Oliveira – Desenvolver/Centro
Examinadora

LISTA DE SIGLAS

APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
CADEME	Campanha Nacional de Educação do Deficiente Mental
CESB	Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC/SEESP	Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial
NASFs	Núcleos de Apoio à Saúde da Família
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PSFs	Programa de Saúde da Família
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

RESUMO	5
1 INTRODUÇÃO	6
2 A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL: DA EXCLUSÃO AO PROCESSO INCLUSIVO	7
2.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS	7
2.2 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O ARCABOUÇO JURÍDICO PÓS CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988	10
3 A RELAÇÃO FAMÍLIA E INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL	13
4 REFLETINDO ACERCA DOS DADOS DA PESQUISA	18
4.1 O LÓCUS DA PESQUISA	18
4.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	19
4.3 O PERFIL SOCIAL DOS ENTREVISTADOS	21
4.4 ANÁLISE DAS FALAS DAS ENTREVISTADAS	23
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
REFERÊNCIAS	27

UMA ANÁLISE DO ENCONTRO FAMILIAR NO DESENVOLVER/CENTRO E SEUS REFLEXOS NA VIDA DOS USUÁRIOS

Milena do Nascimento Marques

RESUMO

O presente artigo científico apresenta os resultados da pesquisa realizada no Desenvolver/Centro de Atendimento Educacional Especializado a Pessoas com Transtornos Globais do Desenvolvimento - mantido pela Organização Papel Marchê, localizado na cidade de Campina Grande. O objetivo geral da pesquisa foi desvelar a relevância dos encontros familiares na referida instituição. A mesma teve uma abordagem quali-quantitativa. Como instrumento de coleta de dados foi utilizado um questionário e a entrevista semi-estruturada com as famílias que frequentavam os encontros. A amostra pesquisada foi composta por 10 pais e/ou responsáveis das crianças e adolescentes com necessidades educacionais especiais atendidos. De forma geral, os resultados mostram que os encontros promovidos pelo Setor de Serviço Social no Desenvolver/Centro são relevantes para estas pessoas, promovendo conhecimento, expandindo a relação entre Centro e família e beneficiando os filhos, pois, os que seus pais assimilam nas reuniões utilizam em seu ambiente familiar, repassando para todos do seu convívio.

Palavras-Chave: Educação Inclusiva. Desenvolver/Centro. Encontro familiar. Família.

ABSTRACT

This research paper presents the results of the survey in Developing / Educational Service Center Specializing Persons with Pervasive Developmental Disorders - maintained by the Organization Paper Marche, located in the city of Campina Grande. The overall objective of the research was to reveal the relevance of family gatherings in this institution. The same had a qualitative and qualitative approach. As an instrument of data collection, a questionnaire and semi - structured interviews with families who attended the meetings interview was used. The study sample consisted of 10 parents and / or guardians of children and adolescents with special educational needs met. Overall, the results show that the workshops sponsored by the Division of Social Work in Developing / Centre are relevant to these people, promoting knowledge, expanding the relationship between center and benefiting families and children, for their parents who assimilate meetings use in your household, passing for all of your socializing.

Keywords: Inclusive Education. Develop / Center. Family Gathering. Family.

1 INTRODUÇÃO

A primeira instituição social em que o indivíduo se insere é, de fato, a família. Responsável pela transmissão de valores, crenças, ideias e significados que permeiam as sociedades. Ela dará a base para a formação dos indivíduos, principalmente das crianças, que vão aprendendo a estabelecer suas relações sociais a partir dos valores apreendidos e adquiridos em seu ciclo familiar. Caracteriza-se como o ponto base da aprendizagem humana, cujo modelo e práticas vão se modificando de acordo com sua geração.

Sendo a contribuição da família no processo de aprendizagem de seus filhos de imprescindível importância, ela constitui, assim, uma via de mão dupla: instituição educacional, pais e filhos; uma vez que não basta apenas deixar a responsabilidade a cargo de quaisquer que seja a instituição. A família tem um papel significativo na vida de qualquer ser humano, sendo peça fundamental e primordial em seu processo de crescimento e desenvolvimento, principalmente quando se refere às crianças e adolescentes com necessidades educacionais especiais.

O presente artigo científico é resultado da experiência do estágio supervisionado em Serviço Social, realizado no Desenvolver/Centro de Atendimento Educacional Especializado a Pessoas com Transtornos Globais do Desenvolvimento, localizado na cidade de Campina Grande (PB), mantido pela Organização Papel Marchê que presta atendimento a crianças e adolescentes com necessidades educacionais especiais.

A pesquisa teve como objetivo geral desvelar a relevância dos encontros familiares realizados pelo setor de Serviço Social no Desenvolver/Centro. O mesmo surgiu a partir da nossa participação nos encontros mensais realizados pelos profissionais de serviço social junto às famílias.

Consideramos este estudo de relevância, por suscitar a produção de conhecimento sobre a temática, propiciando subsídios aos profissionais do serviço social da instituição e para futuros estagiários.

A pesquisa teve uma abordagem quali-quantitativa. A coleta de dados foi realizada através de um questionário e da técnica da entrevista semi-estruturada, aplicada a 10 pais e/ou responsáveis pelas crianças e/ou adolescentes assistidos pelo Centro.

Neste trabalho, realizamos um percurso histórico no que tange a educação especial no Brasil, desde o processo de exclusão à inclusão das pessoas com necessidades especiais. Também abordamos a temática família, mostrando os diversos formatos que ela já teve ao longo dos anos e de como sua organização varia de acordo com a cultura a qual está inserida. Posteriormente, apresentamos e analisamos os resultados da pesquisa, e por fim, as considerações finais.

2 A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL: DA EXCLUSÃO AO PROCESSO INCLUSIVO

2.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS

A Educação Especial, ao longo de sua formação, caracterizou-se como uma forma de ensino segregado. De caráter substitutivo do ensino comum, fundamenta-se no conceito de normalidade/anormalidade, dando origem à fundação de escolas e classes especiais, bem como instituições especializadas. Para melhor compreensão acerca da educação especial no Brasil, se faz necessário um breve resgate histórico dos principais acontecimentos no país no que tange à temática, considerando as diversas conjunturas: econômica, política e social.

O período colonial (1530 do século XVI) é marcado pela falta de atenção por parte do poder público tanto com a educação voltada para as pessoas com deficiências, como também com o ensino regular.

Segundo Jannuzzi (2004) e Mazzotta (2005), no final do século XIX, no ano de 1854, destacou-se a criação do Instituto dos Meninos Cegos, sob o comando de Benjamin Constant, e, em seguida, no ano de 1857, o Instituto dos Surdos-Mudos, dirigido por Edouard Huet. Na Bahia, em 1874, foi criado o Hospital Juliano Moreira, cujo atendimento assistia a pessoas com deficiência intelectual. No Rio de Janeiro, em 1887, a “Escola México” atendia á pessoas com deficiências físicas e intelectuais. A educação especial no Brasil teve sua formação inicial subsidiada em duas vertentes, assim denominadas:

Vertente médico-pedagógica: mais subordinada ao médico, não só na determinação do diagnóstico, mas também no âmbito das práticas escolares [...].

Vertente psicopedagógica: que não depende do médico, mas enfatiza os princípios psicológicos [...] (JANUZZI, 1992, p. 59).

A vertente médico-pedagógica direcionou seus estudos face aos casos mais graves no campo da educação, aqueles que resistiam até mesmo aos tratamentos especificamente terapêuticos. Conforme Aranha (1989), a vertente psicopedagógica, de uma forma geral, buscou a implementação de escolas cujo objetivo era quebrar com o tradicionalismo, o intelectualismo e a forma rígida do modelo de escolas tido na época.

A Primeira República foi proclamada em 1889. A constituição de 1891 imputou o federalismo e deixou a cargo dos Estados e municípios a responsabilidade pelo ensino primário e profissionalizante, cabendo à união o ensino secundário e superior. Os médicos desenvolveram estudos sobre crianças com problemas graves e fundaram instituições em parceria com os sanatórios.

No Brasil, as duas décadas iniciais do século XX, foi um período de estruturação, rebatendo em mudanças político-sociais e na área educacional. A escola primária popularizou-se entre o período das décadas de vinte e trinta. Só então o ensino primário expandiu-se. Na área da educação de pessoas com deficiência, o movimento ideário da escola-novista exerceu influência, norteados em princípios como poder da educação, redução das desigualdades sociais, incentivo à liberdade de cada criança. Cunha (1988) analisa tal influência do movimento escola-novista na educação especial brasileira afirmando que, apesar de seus ideais estarem pautados, entre outros aspectos, na defesa de um ensino adequado e especializado, acabou contribuindo para a exclusão dessas crianças das escolas regulares deste período.

No período do Estado Novo (1937-1945), o Brasil caracterizou-se pela rigidez do controle estatal sob os setores sociais, educação centralizada e, devido à sua política de valorização do ensino superior, houve retrocesso no processo de democratização do ensino. De acordo com Jannuzzi (1992), nos anos de 1930 a 1949 foi constatado pouco crescimento dos serviços, duplicou o número de estabelecimentos nas escolas regulares públicas e nas instituições especializadas privadas quintuplicaram.

A Segunda República no Brasil (1945-1964) veio com o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Foi marcada pela entrada de capital estrangeiro, internacionalização da economia, aumento da pobreza populacional e influência norte-americana na cultura e economia nacional.

Na década de 1950, houve expansão do número de estabelecimentos de ensino para pessoas com deficiência. A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) é criada em 1954, no Rio de Janeiro. Após quatro anos, o Ministério de Educação passou a custear técnica e financeiramente as secretarias de instituições e educação especializadas. Foram lançadas campanhas de estímulo à educação de pessoas com deficiências, como a Campanha Nacional de Educação do Deficiente Mental (CADEME) e a Campanha para Educação do Surdo Brasileiro (CESB).

Foi somente a partir dos anos de 1960 que surgiram os primeiros movimentos organizados por familiares, profissionais da área e o segmento de pessoas com deficiência, que fazia a crítica ao paradigma da segregação e em substituição era a proposta da integração das pessoas com deficiência ao ensino comum. De acordo com Sousa e Ramalho (2012), apesar de ser considerado um avanço, este processo de integração não conseguiu proporcionar a real participação desses alunos nas unidades de ensino, uma vez que a inserção dos mesmos se limitava a turmas especiais, criadas à parte, nas instituições educacionais.

Em 20 de dezembro de 1961, foi promulgada a Lei nº. 4.024 de Diretrizes e Bases (LDB), a qual criou o Conselho Federal de Educação, onde os artigos 88 e 89 contemplaram a expressão “educação de excepcionais” (BRASIL, 2013). Os artigos afirmam, respectivamente:

A educação de excepcionais, deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade; Toda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais de educação, e relativa à educação de excepcionais, receberá dos poderes públicos tratamento especial mediante bolsas de estudo, empréstimos e subvenções (BRASIL, 2013, p. 13).

Porém, na prática houve forte apelo para iniciativa privada assumir esta responsabilidade, dando espaço a criação de instituições filantrópicas sem fins lucrativos. Isto foi resultado da omissão dos órgãos públicos com a educação pública.

O período da Ditadura Militar (1964-1985) intensificou a desnacionalização da economia, repressão de expressões e manifestações populares, aumento da pobreza, dentre outros fatores. Na educação, as reformas deste período ocasionaram, no ensino superior, a perda da autonomia da universidade. Segundo Jannuzzi (1992), na década de 1970 houve aumento no número de serviços de assistência. Devido este avanço, a década seguinte demonstrou a necessidade em que fossem definidas bases legais e técnico-administrativas para que se pudesse desenvolver a educação especial no Brasil.

O Ministério da Previdência e Assistência Social foi criado em 1977, logo após portarias interministeriais formalizarem diretrizes na área de atendimento a “excepcionais”, onde este integrava ações complementares de assistência médico-psico-social e de educação especial. De acordo com Nunes et al (1999), os primeiros cursos dedicados a formar professores na área de educação especial, especificamente no nível do terceiro grau e programas de pós-graduação, surgiram ao término da década de 1970.

Foi na década 1980 que o país foi palco de um intenso movimento de mobilização social, culminando com a promulgação da Constituição Federal Brasileira de 1988, conhecida também como Constituição Cidadã. Deve-se destacar que o direito à educação passou a ser universal e gratuito. Ou seja, dever do Estado e direito do cidadão.

2.2 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O ARCABOUÇO JURÍDICO PÓS CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Com relação à educação para as pessoas com deficiência, a Constituição prevê “o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 2011, p. 97). O texto da Constituição quando trata do ensino de pessoas com deficiência na rede regular de

ensino, dá margem para que isso não seja determinante, visto que em suas linhas ela utiliza do termo “preferencialmente”.

Apesar dos avanços dos direitos sociais, assegurados no arcabouço legal, a partir da década de 1990 a política de educação passa a sofrer modificações e se adequar aos ditames do projeto neoliberal, o qual prevê um Estado mínimo no que se refere às políticas sociais. Assim sendo, a política educacional nos moldes neoliberais desenha novos conceitos para a educação:

Postula-se que os poderes públicos devem transferir ou dividir suas responsabilidades administrativas com o setor privado, um meio de estimular a competição e o aquecimento do mercado, mantendo-se o padrão de qualidade na oferta dos serviços (AZEVEDO, 2001, p. 15).

Desta forma, fica evidente a intencionalidade do Estado neoliberal em transferir sua responsabilidade com a educação para o setor privado. Crescia e se fortificava um discurso baseado na incompetência estatal na gestão das políticas sociais, em destaque a de educação. Essa estratégia culminou no incentivo a privatização. A educação pública nesta década estava marcada por altos índices de reprovação escolar, taxando-a de ineficiente. Assim, caberia às escolas privadas preparar esses alunos para o mercado de trabalho, qualificando-os.

Neste contexto neoliberal é elaborada a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), resultado da Conferência Mundial Sobre Necessidades Educacionais Especiais, em Junho de 1994, na cidade de Salamanca, na Espanha. Esta ação foi promovida pelo governo espanhol em conjunto com a UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura). Seu conteúdo é baseado por práticas, princípios e políticas voltadas para as necessidades educativas especiais. Em seu texto, o enfoque e objetivo principal tratam da inclusão de crianças, jovens e adultos que possuem necessidades educacionais especiais no sistema regular de ensino. A referida Declaração subsidiou vários países na organização das políticas públicas educacionais, dentre eles o Brasil.

Ao longo do contexto histórico brasileiro, podemos constatar as dificuldades enfrentadas para o reconhecimento e solução da questão em torno da educação de crianças e jovens com algum tipo de deficiência. É necessário que se haja a efetivação do direito, assegurado pela Constituição, do acesso à escola. Nesta

perspectiva, a partir dos anos 1990, a Educação Inclusiva ganhou destaque e força no âmbito internacional e nacional.

O princípio básico deste modelo é que todos os alunos, independentemente de suas condições socioeconômicas, raciais, culturais ou de desenvolvimento, sejam acolhidos nas escolas regulares, as quais devem se adaptar para atender às suas necessidades, pois se constituem como os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, e, como consequência, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos (UNESCO, 1994).

A Educação Inclusiva visa modificar o modelo de escola vigente, em que os que não se “encaixam” nos padrões impostos por ela fica à margem de seu ingresso. Assim, como seu próprio nome diz, seu intuito é o de inclusão de todos na escola regular, independentemente das necessidades apresentadas por cada indivíduo.

Não basta apenas o aluno ter acesso à escola regular. É indispensável a atenção no modo em que seu aprendizado está sendo feito, se os conteúdos ministrados estão sendo assimilados, qual o seu aproveitamento das aulas, ou seja, se de fato está sendo positiva a sua frequência na escola ou se ela limita-se a uma mera frequência de aulas. Em suma, sua permanência e o crescimento de seu nível de conhecimento são fundamentais.

Em 1994 foi publicada a Política Nacional de Educação Especial, que orientou o processo de integração instrucional e condicionou o acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que "possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais" (BRASIL, 1994, p. 19).

Esta política não causa mudanças nas práticas educacionais de forma a valorizar os diversos potenciais de aprendizagem do ensino comum, e sim, mantém como responsável pela educação desses alunos a área da educação especial.

A LDB nº 9.394/96 em seu artigo 58 define a “[...] educação especial modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para os educandos com necessidades especiais” (BRASIL, 2010, p. 43). No artigo seguinte, preconiza que os sistemas de ensino deverão assegurar aos alunos “currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica para atender às suas necessidades” e a aceleração de estudos para os alunos superdotados, possibilitando a conclusão do programa escolar em um tempo menor.

Desse modo, a LDB (BRASIL, 2010) deixa clara a responsabilidade do poder público na efetivação da matrícula na rede regular de ensino e a promoção de serviços de apoio especializados.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) está voltada para o alcance do acesso, participação e a aprendizagem daqueles que possuam algum tipo de deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares de ensino. Para tal, é necessária a garantia de: Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior; Atendimento educacional especializado; Continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino; Formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar; Articulação intersetorial na implementação das políticas públicas; dentre outros pontos.

De acordo com Battistella (2014) sobre os direitos das pessoas com deficiência, a pessoa com deficiência é aquela que apresenta impedimentos de longo prazo, podendo ser de natureza física, sensorial ou mental, tendo sua interação com as diversas áreas da sociedade impedidas, a exemplo da escola. Os alunos que apresentam transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que possuem distúrbios nas interações sociais recíprocas e de comunicação estereotipados, repetitivos e estreitamento nos interesses e nas atividades.

Por se tratar de pessoas que possuem necessidades educacionais especiais, a participação das suas famílias no processo educacional se faz de fundamental importância e necessária.

3 A RELAÇÃO FAMÍLIA E INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL

A família, ao longo da história, sofreu diversas ressignificações e alterações em seu modelo. Conceituá-la não é um exercício fácil, pois, existem várias definições “do quê” é família, dependendo de fatores como a sociedade e cultura a qual ela pertence. Seu desenvolvimento foi gradativo, se moldando de acordo com as necessidades da época, sociedade e momento histórico em que estava presente.

Segundo Elsen (2002), a família é um sistema no qual se conjugam valores, crenças, conhecimentos e práticas, formando um modelo explicativo de saúde-doença, através do qual a família desenvolve sua dinâmica de funcionamento, promovendo a saúde, prevenindo e tratando a doença de seus membros.

Para Amaral (2001) família é uma construção social que varia segundo as épocas, permanecendo, no entanto, aquilo que se chama de “sentimento de família”, que se forma a partir de um emaranhado de emoções e ações pessoais, familiares e culturais, compondo o universo do mundo familiar.

De acordo com Prado (apud PEREIRA; SCHIMANSKI, 2012, p. 4) podemos verificar que a consolidação da família e suas transformações não está deslocada de um macrossistema e seus interesses. Ou seja, a família se constrói em base a interesses de uma determinada sociedade, assim como suas próprias modificações.

No período antecedente à Revolução Industrial, a economia estava centrada na agricultura e no artesanato. O patriarca, ou seja, a figura paterna era o provedor de sua família, cabendo a ele sustentar esposa e filhos. Sua esposa, por vez, ficava a cargo dos cuidados com a casa e a criação dos filhos. A divisão de tarefas baseada numa questão de gênero é evidente nesse tipo de situação. Da mesma forma estes valores comportamentais eram perpassados para as crianças.

Com a Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra e compreendida nos séculos XVII e XIX, teve-se a formação da “família nuclear burguesa”, a composição tradicional de marido, esposa e filhos. Com o fim deste período, acontecimentos trouxeram uma nova roupagem para a imagem do que é “família”. As mulheres foram inseridas no mercado de trabalho, deixando de exercer exclusivamente o papel doméstico, para auxiliar nas despesas da casa. Merece destaque o movimento Feminista, em especial na década de 1960, palco de conquistas significantes para as mulheres, como é o caso da liberdade sexual através dos anticoncepcionais.

A partir da década de 1960, [...] em escala mundial, difundiu-se a pílula anticoncepcional, que separou a sexualidade da reprodução e interferiu decisivamente na sexualidade feminina. Esse fato criou as condições materiais para que a mulher deixasse de ter sua vida e sua sexualidade atadas à maternidade como um “destino”, recriou o mundo subjetivo feminino e, aliado à expansão do feminismo, ampliou as

possibilidades de atuação da mulher no mundo social. A pílula, associada a outro fenômeno social, a saber, o trabalho remunerado da mulher, abalou os alicerces familiares, e ambos inauguraram um processo de mudanças substantivas na família (SARTI, 1996, p. 21).

Desta forma, a mulher ganhou notoriedade e mais poder de liberdade mediante as amarras que a condicionavam como sujeito fadado ao trabalho doméstico, maternal. Ela passou a ter escolha sobre seu próprio corpo, cabendo a ela a decisão de se tornar ou não mãe. Isto, aliado à sua inserção no mercado de trabalho, só fortificou as conquistas do movimento feminista nesta época.

Neste contexto, mudanças na composição dos modelos de família foram surgindo, como é o caso do concubinato. Segundo o artigo 1.727 do Código Civil brasileiro, as relações não eventuais entre o homem e a mulher, impedidos de casar, constituem concubinato. É quando o “pai” ou a “mãe” de uma família decide viver uma nova relação, podendo até formar uma nova família.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 trouxe mudanças significativas, pois ela amplia o conceito de família, deixando de reconhecer apenas as que resultavam do casamento, mas também aquelas formadas por uma união estável entre homens e mulheres.

A família monoparental é contemplada na Constituição Federal, no artigo 226, § 4º “entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes” (BRASIL, 2011, p. 102), passa não só a reconhecer a existência das famílias monoparentais, como também lhes confere a especial proteção do Estado.

Os modelos concebidos de família, até então, cuja composição estava em homem, mulher e filhos foram se descaracterizando e perdendo sua hegemonia perante a sociedade. Isto se deve ao fato de que a função da família também mudou: até então, destinava-se a procriação e ao mantimento de uma hereditariedade. O modelo tradicional deu espaço para outros tipos de arranjos familiares, ultrapassando os ideais dos anteriores.

De acordo com Pereira e Shimanski (2012), em meados dos anos de 1970, começam a surgir questionamentos acerca do enfraquecimento da família nuclear, mediante a sua evidente perda hegemônica. Este modelo nuclear moderno era o que deveria ser seguido pela sociedade, tido como “estruturado”. As que fugissem desse padrão eram denominadas de famílias “desestruturadas”.

Casamentos tardios, maternidade após os 30 anos, redução do número de filhos, aumento da contracepção em idade precoce, socialização dos filhos transferida também para serviços públicos e privados, aumento da união estável, aumento significativo das famílias monoparentais (chefiadas por pai ou mãe), aumento de famílias recompostas (separação/divórcios), aumento da população mais velha, aumento de pessoas que vivem só, união de homossexuais e acolhimento de agregados são outros fatores sócio-históricos que acabam por influenciar na constituição dessas novas configurações familiares e quebram a concepção tradicional de família (PEREIRA; SHIMANSKI, 2012, p. 9).

Fatores políticos, econômicos, culturais e até jurídicos possibilitaram tais mudanças, como as citadas anteriormente. Apesar disso, é importante destacar que o modelo pai-mãe-filhos não deixou de existir. A igreja esteve presente na sua formação sócio-histórica, inseriu a ideologia da procriação, baseado em princípios bíblicos, na defesa de seu discurso.

A família homoparental é um novo tipo de configuração familiar. Os indivíduos por ela formados estão ligados a laços afetivos, sendo o casal do mesmo sexo. De acordo com Passos (2005), a composição familiar homoparental caracteriza-se pela ausência de papéis fixos entre os membros; pela inexistência de hierarquias e pela circulação das lideranças no grupo; pela presença de múltiplas formas de composição familiar e, conseqüentemente, de formação dos laços afetivos e sociais, o que possibilita distintas referências de autoridade, tanto dentro do grupo como no mundo externo.

Desta forma, é notória que a família homoparental se contrapõe ao modelo patriarcal, cujos papéis e funções são definidos, divididos de acordo, por exemplo, com o gênero dos integrantes. Os laços ultrapassam a consanguinidade, sendo formados pelos sentimentos, ligando-os emocionalmente. Os filhos podem ser concebidos ou não pelo casal, como é o caso da adoção e da fertilização. O preconceito enfrentado é grande, por fugir do modo heterossexual de relação tido como “normal”. É considerando estes novos arranjos familiares que as instituições educacionais precisam planejar as atividades a serem trabalhadas com as famílias dos alunos.

O Desenvolver/Centro, instituição onde foi realizada a nossa pesquisa tem como principal objetivo a promoção de um ser sociável na reparação de suas dificuldades no campo educacional, comportamental, emocional e social. Atualmente atende a 168 crianças e/ou adolescentes com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento e 163 famílias que, em sua maioria, encontra-se em processo de vulnerabilidade social, oferecendo para estas pessoas atendidas, mecanismo para o seu desenvolvimento pessoal e escolar, como também facilitando o seu convívio familiar e comunitário.

O Serviço Social, nesta instituição, faz parte da equipe interdisciplinar que trabalha para que tal objetivo seja alcançado. Uma de suas ações desenvolvidas é a realização de encontros mensais, fruto de um projeto de intervenção desenvolvido pelas estagiárias do curso de Serviço Social nos anos de 2010 e 2011, com os pais/responsáveis das crianças e/ou adolescentes usuários da instituição, como uma forma de fortalecer o vínculo entre o Centro e família. Os referidos encontros organizados pelo setor social constam de orientações, acolhimento/aconselhamento numa perspectiva de que a família perceba a importância dos atendimentos desenvolvidos pelo Desenvolver/Centro, além dos debates promovidos, visando discutir temas específicos que sirvam de troca de conhecimento e experiências entre os pais e profissionais.

A instrumentalidade no Serviço Social tem uma significância que vai além de um simples conjunto de instrumentos técnicos que podem dar suporte à profissão, ou seja, meios pelos quais os assistentes sociais executem suas ações.

A utilização dos instrumentais no cotidiano da prática profissional é um fator preponderante para o assistente social. Como todos os profissionais têm seus instrumentos de trabalho, e sendo o assistente social um trabalhador inserido na divisão social e técnica do trabalho, necessita de bases teóricas, metodológicas, técnicas e ético-políticas necessárias para o seu exercício profissional. Os instrumentais técnico-operativos são como um conjunto articulado de instrumentos e técnicas que permitem a operacionalização da ação profissional (MARTINELLI; KOUMROUYAN, 1994, p. 137).

É nesta perspectiva da instrumentalidade do Serviço Social, que o Desenvolver/Centro utiliza como meio de interação com a família os encontros educativos ministrados pelo setor social, em conjunto com as estagiárias do Curso.

Essa parceria com os pais é ressaltada na Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994, p. 43), que diz “Os pais de uma criança com necessidades educativas especiais precisam de apoio para poder assumir suas responsabilidades”.

A referida Declaração estabelece a necessidade de parceria entre família, professores e profissionais, com a finalidade de maximizar os esforços para a inclusão, da melhor forma possível, dos usuários/alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular.

Assim, o trabalho realizado por instituições que atendem a essa demanda referente a pessoas com necessidades especiais é de suma importância, pois, como está assegurado em lei, contribui para a inclusão das pessoas que possuem algum tipo de necessidade especial no ambiente social, cultural e até mesmo econômico. O papel da família neste processo é imprescindível, em conjunto com estas instituições, dando um suporte maior para o desenvolvimento e crescimento desses indivíduos como pessoa.

4 REFLETINDO ACERCA DOS DADOS DA PESQUISA

4.1 O LÓCUS DA PESQUISA

O Desenvolver/Centro de Atendimento Educacional Especializado a Pessoas com Deficiência e Transtornos Globais do Desenvolvimento é o primeiro Centro de Atendimento Especializado do Estado da Paraíba, mantido pela Organização Papel Marchê, uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). A mesma é uma instituição sem fins lucrativos, localizado na Rua Giovane G. Gioia, nº 172 – Bairro do Cruzeiro, município de Campina Grande – PB.

A instituição atende crianças a partir de 0 anos e adolescente até 18 anos de idade, cujo ingresso no Centro é feito por meio de encaminhamentos realizados por parceiros, tais como: Rede Estadual e Municipal Regular de Ensino, órgãos de defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes (Conselhos Tutelares, Ministério Público), Serviços de Proteção Social Básica e Especial (CRAS/CREAS), Serviços Básicos de Atenção à Saúde (PSFs/NASFs) e procura espontânea.

A equipe interdisciplinar é formada por especialistas das áreas de Psicologia, Serviço Social, Fonoaudiologia, Pedagogia, Fisioterapia, Acupuntura, Psicomotricidade, Pediatria, Psiquiatria Infantil, Enfermagem, Ortopedista, Cardiologista, Neurologista e estagiários das áreas afins.

O Centro atende, em média, 168 crianças e/ou adolescentes com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento e 163 famílias. A maioria delas possui precárias condições socioeconômicas e está inserida no Programa de transferência de renda denominado “Bolsa Família”, no ano 2003, destinado para as famílias consideradas em situação de pobreza (com renda per capita entre R\$ 70,00 até R\$ 140,00) e extrema pobreza (abaixo de R\$ 70,00).

4.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo teve como objetivo geral desvelar a relevância dos encontros familiares realizados pelo setor de Serviço Social no Desenvolver/Centro. Como forma de delinear o tema, foram elaborados os seguintes objetivos específicos:

- a) Assinalar a importância do relacionamento entre instituição e família no processo socioeducativo das crianças e dos adolescentes assistidos pelo Centro;
- b) Traçar os benefícios trazidos pelos encontros na promoção de conhecimento e esclarecimento a partir das temáticas utilizadas;
- c) Identificar se as famílias usam no seu dia-a-dia os conhecimentos adquiridos nas reuniões e se os transmitem para seus filhos.

A presente pesquisa teve uma abordagem de cunho quali-quantitativa, pois foram utilizados tanto os dados estatísticos, ou seja, uma abordagem quantitativa, como também a qualitativa, com a análise dos dados. De acordo com Minayo

(1996), os dados qualitativos e quantitativos não se opõem, excluindo qualquer dicotomia. A referida autora define o método qualitativo como aquele que se preocupa com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes. Tais fatores correspondem ao universo mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos.

A pesquisa teve como lócus empírico o Desenvolver/Centro. Os sujeitos da pesquisa foram os pais/responsáveis pelos usuários. Assim, do universo de 163 famílias atendidas na instituição, selecionamos uma amostra de 10 famílias. O critério de inclusão e exclusão para a seleção dos entrevistados foi à assiduidade, ou seja, os pais/responsáveis que tinham uma frequência regular aos encontros coordenados pelos profissionais de serviço social.

Como instrumentos de coleta de dados foram utilizados um questionário para levantamento do perfil dos usuários e um roteiro para a entrevista semi-estruturada. Além do uso do gravador que serviu para auxiliar no momento da entrevista.

Segundo Lewgoy e Silveira (2007), a entrevista é um instrumento de trabalho do assistente social e através dela é possível produzir confrontos de conhecimentos e objetivos a serem alcançados. É na entrevista que uma ou mais pessoas podem estabelecer uma relação profissional, quanto quem entrevista e o que é entrevistado saem transformados através do intercâmbio de informações. Com relação à entrevista semi-estruturada, conforme Triviños (1987, p. 174),

É aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, junto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que recebem as respostas do informante. Desta maneira o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa.

Os dados qualitativos foram analisados através da análise de conteúdo. Segundo Olabuenaga e Ispizua (1989), a análise de conteúdo é uma técnica para ler e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos que, analisados adequadamente, nos abrem as portas ao conhecimento de aspectos e fenômenos da vida social de outro modo inacessível. Dessa forma, esse método de investigação engloba procedimentos singulares para o processamento de dados científicos, ou seja, é uma importante ferramenta para o pesquisador.

Os dados quantitativos foram agrupados e submetidos a tratamento estatístico. A partir dos resultados obtidos, foi traçado o perfil dos entrevistados, os quais de forma resumida serão apresentados a seguir.

4.3 O PERFIL SOCIAL DOS ENTREVISTADOS

Conforme os dados da pesquisa, as 10 (dez) pessoas entrevistadas são do sexo feminino, ou seja, 100% são mulheres. O que fica evidente a questão de gênero.

Modernizaram-se, então, as concepções sobre o lugar da mulher nos alicerces da moral familiar e social. Ao contrário da família tradicional, a nova mulher, "moderna", deveria ser educada para desempenhar o papel de mãe (também uma educadora - dos filhos) e de suporte do homem para que este pudesse enfrentar a labuta do trabalho fora de casa (NEDER, 2011, p. 31).

Como dito na citação acima, o papel da mulher na história sempre foi o de "dona do lar", cuja criação já era direcionada para sua formação em mãe e esposa. Ela é a encarregada pela educação dos filhos, e, apesar das mudanças ocorridas ao longo dos tempos, com as conquistas de direitos e sua entrada e expansão no mercado de trabalho, o perfil de educadora, mãe e "dona de casa" ainda está fortemente presente na vida das mulheres. Como podemos constatar na pesquisa, todas as pessoas entrevistadas são do sexo feminino, ou seja, as que acompanham os atendimentos dos jovens e/ou crianças assistidos pelo Centro e frequentam as reuniões.

Com relação à idade das entrevistadas, a faixa etária compreende entre 30 e 70 anos, onde a maior incidência concentra-se entre os 30 e 40 anos, perfazendo um percentual de 40%.

No que tange à renda familiar, os resultados evidenciam que 40%, um total de 4 entrevistadas, têm uma renda mensal calculada entre 01 e 02 salários mínimos. Muitos destas famílias são assistidas pelo Programa "Bolsa Família", do governo federal.

O Programa Bolsa Família é um Programa Federal de transferência direta de renda destinada às famílias em situação de pobreza (com renda mensal por pessoa de R\$70,00 a R\$140,00) e extrema pobreza (com renda mensal por pessoa abaixo de R\$70,00). [...] Avalia-se que o programa tenha dois objetivos básicos: combater a miséria e a exclusão social e promover a emancipação das famílias mais pobres. (FERREIRA; AQUINO, 2013, p. 7).

Desta forma, o Programa Bolsa Família tem como objetivo ser um mecanismo de enfrentamento à pobreza, considerando que significativa parcela das famílias do país vive em precárias condições socioeconômicas. Assim, é necessária a ampliação e efetivação de políticas sociais, pois, são responsáveis pelo atendimento dos direitos e necessidades universais estabelecidos na constituição federal, como é o caso da saúde, educação e trabalho.

Com relação aos bairros onde as mães ou responsáveis moram, houve uma diversidade. Porém, predominou uma incidência nas Malvinas, perfazendo 30 %, ou seja, 3 delas residem neste bairro. No que se refere às condições de moradia, um total de 90% possui casa própria e todas declaram morar em casa que possui: energia elétrica, água encanada, rede de esgoto e dispõe do serviço de coleta de lixo.

Quanto à participação em algum grupo de discussão, 60% nunca havia participado de atividade deste tipo. As reuniões e encontros no Desenvolver/Centro é a primeira experiência destas mulheres que possuem filhos com necessidades educacionais especiais.

No tocante ao nível de escolaridade, 20% das entrevistadas declararam não saber ler. Ou seja, 2 delas. Isto demonstra quanto ainda é preocupante esta realidade, isto é agravada quando se tratam da região norte e nordeste.

[...] No Brasil segundo o censo demográfico realizado 2009 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), existem cerca 14.104,984 milhões de pessoas com 15 anos ou mais de idade, que não sabem ler nem escrever. Sendo que destes dados, 1.135,639 dos entrevistados residem na região Norte, 7.361,435 na região Nordeste, 3.583,696 na região Sudeste, 1.184,644 na região Sul e 839,57, residem na região Centro-Oeste. No total somos 191, 796 milhões de pessoas, segundo o censo de 2010 realizado pelo IBGE, destes 9,7% com idade igual ou superior a 15 anos se declararam analfabetos (SOUSA, 2014, p. 5).

O analfabetismo faz parte da realidade brasileira, sendo resultado de um conjunto de fatores, dentre eles destaca-se a desigualdade social. Apesar de ser prevista na Constituição como um direito de todos, existe uma distância entre a lei e a prática social. A região Nordeste, assim como está afirmado na citação, é a região que apresenta o maior número de pessoas consideradas analfabetas.

4.4 ANÁLISE DAS FALAS DAS ENTREVISTADAS

Neste tópico, serão apresentadas de forma sucinta, as falas mais relevantes resultantes da pesquisa.

Quando perguntamos as entrevistadas quanto tempo participava dos encontros familiares promovidos pelo Desenvolver/Centro, elas assim responderam:

Dessas reuniões, desde 2009. Isso aqui era deste tamanho. Era bem pequenininho e diferente. Só tinha a pedagoga, a assistente social e duas psicólogas. (Entrevistado 1)

Faz. Foi em 2010 quando eu entrei aqui. (Entrevistado 3)

Há dois anos. (Entrevistado 9)

Estas falas mostram que as mães participam das reuniões desde que o filho iniciou o atendimento no Centro, sendo este o critério de inclusão das selecionadas na pesquisa, pois teriam condições de avaliar os encontros desenvolvidos pelo Setor Social.

Ao questionarmos se as temáticas abordadas nos encontros traziam contribuições para o cotidiano e expandia o conhecimento pessoal, elas assim colocaram:

Traz. Tem muita coisa aqui que, nas palestras que já houve aqui que já me ajudou muito com a minha filha. (Entrevistado 1)

Traz. Porque a gente aprende. A gente aprende e ensina em casa, um vizinho, uma vizinha. Pode ser até um neto, uma neta que eu tenho né? E a gente aprende muito. (Entrevistado 5)

Traz. Porque fala sobre, assim, saúde né? Fala sobre, assim, a idade pra se aposentar que às vezes a gente nem sabe né? Fala sobre muitas coisas. Como cuidar dos filhos, droga, essas coisas. Sempre debate essas coisas. Muito bom os assuntos, eu acho. (Entrevistado 6)

Nos encontros mensais realizados no Centro, diversos assuntos são debatidos nestes espaços de discussão, temas atuais e que estão presentes na vida destas pessoas, como: drogas, saúde, adolescência, sexo e etc. O intuito é de levar esclarecimento, troca de experiências, debater a partir do ponto de vista de cada um e até mesmo tirar dúvidas sobre aquilo que está sendo colocado. Desta forma, as falas acima comprovam tais afirmativas, mostrando que é válida esta forma de interação entre Centro e família. Vale salientar que também ajuda aos pais a lidar com seus filhos no cotidiano.

Com relação aos conhecimentos adquiridos nas reuniões, indagamos as entrevistadas se elas transmitiam para seus filhos o que apreendiam e se utilizavam em seu dia-a-dia:

Eu comento com os vizinhos, com as famílias, a minha família eu comento também. (Entrevistado 2)

Sim, sempre. Os temas abordados aqui, é como eu te digo, eu tento absorver pra tentar passar pra eles. (Entrevistado 4)

São, são, sim tudim. Eu tenho netinho com três anos, eu digo: ói meu fi, lá no colégio é assim e meu fi estuda assim. Passo pra eles. É, eu passo pra eles. Pra eles aprender. (Entrevistado 5)

Ficou evidente nas falas acima, que os assuntos abordados nas reuniões e o conhecimento adquirido por eles são repassados dos pais e/ou responsáveis para seus filhos. É importante que haja essa troca de saberes, para que este aprendizado não fique só entre eles e a instituição. Vale destacar a importância também do diálogo, da conversa, não só entre a família, mas com pessoas do convívio.

Questionadas se os encontros estavam sendo ministrados de forma clara e objetiva, se apreendem o que foi debatido ou se ficam com dúvidas, assim responderam:

Mais claro que tá sendo num pode não. Dá pra entender. Que eu me lembre nunca fiquei com dúvida não. (Entrevistado 1)

Dá pra compreender. Tá bom. Às vezes eu apreendo, às vezes eu fico com dúvida. Mas tenho vergonha de perguntar. (Entrevistado 2)

É clara e objetiva. Elas mostra, elas fala e bota o vídeo. Eu geralmente assimilo o que elas fala. (Entrevistado 6)

Ao acompanhar as reuniões, na condição de estagiárias de Serviço Social, observamos a participação da maioria das mães presentes. Debatendo, esclarecendo suas dúvidas, expondo experiências pessoais acerca do que estava sendo discutido. Mas, também havia as mais introspectivas, como pode ser identificado em uma das falas, mesmo com dúvidas, a pessoa sente vergonha de perguntar ou falar algo. Mas, de forma geral, a participação é expressiva.

Quando indagadas se gostariam de acrescentar alguma informação acerca do trabalho desenvolvido pelo setor social, assim responderam:

Não, não. Aqui eu, pelo menos aqui, sou muito bem assistida. Ele tá tendo uma evolução muito boa. Vai fazer um ano que tô aqui. E a gente vem sempre toda semana, tá duas ou três vezes aqui. (Entrevistado 4)

Não. Por enquanto tá bom, né? Num tô gostando muito porque tá faltando psicólogo. A gente num deve faltar, mas é porque tá faltando psicólogo pro meu menino já faz é tempo e ela disse que ia vê se botava. Aí o meu menino já aprendeu, porque ele não aprendia a ler, mas já aprendeu. Aí chega eu já tô meia querendo que ela decida alguma coisa. (Entrevistado 6)

Já acrescentei agora mesmo. Eu disse que foi ótimo, tá sendo ótimo porque foi muito proveitoso, ela sabe tudo, tá sabendo, ela se entrosa com todo mundo e antes não se entrosava e a psicóloga comentou isso. Tá ótimo. Tô satisfeita. (Entrevistado 7)

Nas referidas respostas, as entrevistadas comentaram sobre o trabalho desenvolvido pela instituição e não apenas avaliaram os encontros realizados pelos profissionais de Serviço Social. As mesmas falaram sobre a forma em que elas e os filhos são assistidos, demonstrando ser positiva a assistência oferecida pelo Centro. No entanto, foi apresentada por uma das entrevistadas uma das dificuldades enfrentadas pelos usuários, que é a escassez do profissional de psicologia para dar conta da demanda existente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realizamos este trabalho, constatamos que a educação especial no Brasil percorreu longo caminho até chegar à denominada educação inclusiva na década de 1990. Todavia, ainda existe uma distância entre os direitos assegurados em leis e sua efetivação na realidade social.

De acordo com os resultados da pesquisa, ao investigarmos a relevância dos encontros familiares realizados pelo Setor de Serviço Social no Desenvolver/Centro, este estudo nos mostra que o Serviço Social, através da utilização de encontros com os pais e/ou responsáveis, leva esclarecimento acerca de temas cotidianos e situações as quais essas famílias se depararam no ambiente familiar. A avaliação, a partir da ótica dos pais e/ou responsáveis, foi de significativa relevância para que fossem observadas quais as contribuições destas ações para eles.

Vale destacar, que com as entrevistas, as famílias puderam expressar suas experiências com o Serviço Social da instituição, dando sua visão acerca de tal atividade e contribuir para que sejam aperfeiçoados, melhorados, garantindo um melhor aproveitamento nesta troca de saberes.

Conforme as falas das entrevistadas, a atividade proposta e desenvolvida pelo Serviço Social traz resultados benéficos na vida destes usuários, possibilitando uma interação entre o Centro e as famílias, fortalecendo o vínculo entre ambos, o que também traz ganho para as crianças e adolescentes atendidas, pois, o processo de aprendizagem e desenvolvimento destes tem haver com o bom relacionamento de seus pais e/ou responsáveis com o Centro.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, C. C. G. **Família às avessas: gênero nas relações familiares de adolescentes.** Fortaleza: Ed. UFC, 2001.
- ARANHA, M. L. A. **História da educação.** São Paulo: Moderna, 1989.
- AZEVEDO, J. M. L. **A educação como política pública.** 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2001. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, 56).
- BATTISTELLA, L. R. **Conceito de deficiência segundo a convenção da ONU e os critérios da CIF.** Disponível em:
<<http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/274.pdf>> Acesso: 25. jan. 2014.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília: MEC, 2010.
- BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº. 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em:
<<http://www.fc.unesp.br/~lizanata/LDB%204024-61.pdf>> Acesso em: 10 nov. 2013.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial.** Brasília: MEC/SEESP, 1994.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC, 2008.
- BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil:** texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com alterações adotadas pelas emendas constitucionais nº 1/92 a 67/2010 e pelas emendas constitucionais de revisão nº 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, 2011.
- CUNHA, B. B. B. **Classes de educação especial para deficientes mentais: Intenção e Realidade.** Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.
- ELSEN, I. Cuidado familiar: uma proposta inicial de sistematização conceitual. In: ELSEN, I; MARCON, S. S.; SANTOS, M. R. (Orgs.). **O viver em família e a sua interface com a saúde e a doença.** Maringá: Eduem, 2002, p.11-24.
- FERREIRA, V. C.; AQUINO, C. B. C. Programa bolsa família: superando a pobreza e reduzindo a privação de capacidades. In: SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 3., 2013, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: CRESS 6ª região, 2013.
- JANNUZZI, G. M. A. **A luta pela educação do deficiente mental no Brasil.** 2. ed. Campinas: Autores Associados, 1992.
- JANNUZZI, G. M. A. **Educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI.** Campinas: Autores Associados, 2004.

LEWGOY, A. M. B.; SILVEIRA, E. M. C. A entrevista nos processos de trabalho do assistente social. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 6, p. 233-251, jul/dez. 2007.

MARTINELLI, M. L.; KOUMROUYAN, E. Um novo olhar para a questão dos instrumentais técnico-operativos em Serviço Social. **Revista Serviço Social & Sociedade** n.º 54. São Paulo: Cortez, 1994.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MINAYO, C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

NEDER, G. Ajustando o foco das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil. In: KALOUSTIAN, S. M. (Org.). **Família brasileira, a base de tudo**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NUNES, L. R. P. et al. A pós-graduação em educação especial no Brasil: análise crítica da produção discente. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Piracicaba, v. 3, n.5, p.113-126, 1999.

OLABUENAGA, J. I. R.; ISPIZUA, M. A. **La descodificacion de la vida cotidiana: metodos de investigacion cualitativa**. Bilbao: Universidad de Deusto, 1989.

PASSOS, M. C. Homoparentalidade: uma entre outras formas de ser família. **Psicol. Clin.**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, 2005.

PEREIRA, C. M.; SCHIMANSKI, E. A família homoparental: uma adaptação ou uma contraposição á norma? In: CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES, 2012, Niterói. **Anais...** Niterói: ANINTER-SH/PPGSD-UFF, 2012.

SARTI, C. A. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. Campinas: Autores Associados, 1996.

SOUSA, C. M. M.; RAMALHO, M. N. A política pública de inclusão da pessoa com deficiência no ensino superior: em tela o caso do programa de tutoria especial da UEPB. In: CARNEIRO, M. A. B.; SOUZA, M. L. G. **Extensão universitária, desenvolvimento regional, político público e cidadania**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB; Realize Editora, 2012.

SOUSA, J. P. A. **Analfabetismo no Brasil: história, realidade e preconceito**.

Disponível em:

<<http://www.abep.nepo.unicamp.br/xviii/anais/files/POSTER%5B834%5DABEP2012.pdf>> Acesso em: 08 jan. 2014.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. **Declaração de Salamanca: Necessidades Educativas Especiais – NEE**. Salamanca/Espanha: UNESCO, 1994.